

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

POR UM AUMENTO GERAL DE SALÁRIOS, JORNAS E VENCIMENTOS POR UM SALÁRIO MÍNIMO VITAL E ESCALA MÓVEL

A necessidade de um aumento geral imediato de salários, jornas e vencimentos, é sentida cada vez mais fortemente pelas massas trabalhadoras de todas as profissões e começa mesmo a ser admitida como uma necessidade por alguns sectores do patronato. Enquanto as primeiras vêem o custo da vida aumentar incessantemente, os segundos, vêm acumular-se sem venda os produtos da sua indústria, do seu comércio e da sua lavoura por ser cada vez mais pequeno o poder de compra do nosso povo.

É bem de ver que com um salário médio de 19\$00, sem descontos, como o que foi pago em 1957 a cerca de 300.000 operários da indústria transformadora é impossível falar-se de condições de vida verdadeiramente humanas. Com o bacalhau a 15\$80, a carne a 18\$00, os carapaus a 7\$00, o azeite a 13\$90 e o mais por aí fora, um tal salário mal chega para não morrer de fome.

A promessa ao funcionalismo

A promessa de aumento ao funcionalismo civil e militar, que Salazar foi levado a fazer por razões políticas, é, ao mesmo tempo, um reconhecimento implícito dessa necessidade. Porém, o que se sabe

de concreto sobre o conteúdo da promessa?

A proposta da Lei de Meios ao referir-se ao aumento dos vencimentos diz que com ele se pretende «atenuar a desactualização resultante do aumento do custo da vida», (veja-se, apenas atenuar) e mais adiante acentua «que toda a elevação de vencimentos... tem como condição e limite a receita ordinária orçamentada».

Estas desculpas de mau pagador são um evidente preparar de terreno para transformar a promessa feita num aumento ridículo, um novo aumento de 10%.

SALAZAR É O MAIOR OBSTÁCULO À CONCÓRDIA NACIONAL

Do mais profundo da nação amordaçada, ferida na sua carne e na sua honra por uma ditadura terrorista condenada pela história, eleva-se cada vez mais potente, um clamor de protesto contra a continuação duma política que nega as aspirações populares mais sentidas.

O salazarismo é um tumor maligno engravado no dorso da nação, um foco de mal-estar e de perturbação nacional que tem de ser urgentemente lançado pelo povo

O governo — alvo principal da luta

Se é justo e necessário aumentar o funcionalismo com mais forte razão se coíça a necessidade de acabar com o congelamento dos salários dos operários industriais, assalariados agrícolas e pescadores que são, precisamente, de entre a população laboriosa, os que têm um nível económico mais baixo. A mesma necessidade coloca-se também para os ordenados dos empregados comerciais, de escritório, bancários, dos seguros e corporativos.

(continua na 3.ª pág.)

O MINISTRO DO INTERIOR

NÃO AGUENTOU A POLÍTICA DE TERROR DE SALAZAR INTENSIFIQUEMOS A LUTA CONTRA A REPRESSÃO E PELA AMNISTIA

No «Avante!» n.º 263, a propósito do novo governo, dizíamos: «Salazar teve grandes dificuldades em encontrar colaboradores para a sua política de terror e de traição», e citávamos o caso particular do ministro do Interior, cargo governativo directamente ligado à política repressiva de Salazar, e que tão difícil foi então de preencher.

Passaram três meses. Tanto bastou para que o ministro decidisse «adoecer gravemente» para pedir a demissão do seu cargo.

É que ele passou a conhecer a política salazarista de terror, digamos, de dentro, passou a ter que tomar, todos os dias, a todas as horas, atitudes arbitrarias e ilegais.

E, mais importante do que isso, passou a sentir ao vivo o descontentamento no nosso povo, que cada vez mais decididamente combate a repressão salazarista.

Enquanto centenas de portugueses jazem nos antros da PIDE (só do Couço diz-se que vão ser julgadas 100 pessoas e de Montemor 50), enquanto quase diariamente, continuam as prisões de outros cidadãos, por serem democratas ou por quererem que os salários aumentem, enquanto prosseguem os julgamentos no Plenário de portugueses que protestaram contra a burla eleitoral, enquanto continuam em verdadeira prisão perpétua patriotas como Álvaro Cunhal (com quase 10 anos de prisão

(continua na 2.ª pág.)

Os operários da Covilhã e Tortozendo DESMASCARARAM O MINISTRO DAS CORPORAÇÕES

Perante a luta activa desenvolvida pelos operários dos mais variados sectores da produção contra a infame exploração de que são vítimas, o governo tem respondido com a repressão e o terror. Ao mesmo tempo, o Ministro das Corporações leva a efeito uma campanha da mais descarada demagogia, com o fim de fazer parar a luta dos operários, de lhes quebrar a combatividade.

As promessas vagas e demagógicas do Ministro não têm consistência para resistir sequer aos primeiros embates da luta de massas. Por isso elas não tardam a desmoronar-se e a deixar a descoberto a verdadeira cara do Ministro, a cara dum feroz inimigo da classe operária e de todos os trabalhadores.

A luta dos têxteis da Covilhã e de Tortozendo

Há muito que a classe têxtil luta pela revisão do seu contrato colectivo de trabalho. Com o agravamento das condições de vida, essa luta intensificou-se nos últimos tempos. Além do aumento dos sa-

lários, os trabalhadores da indústria têxtil reivindicam um horário de trabalho para as mulheres e aprendizes que não comece antes das 8 horas e não vá além das 17.

Os operários de Tortozendo fizeram várias concentrações no Sindicato e intimaram o secretário a relatar-lhes os termos exactos do contrato colectivo que está para sair há um ano. O secretário procurou esquivar-se mas pressionado pelos operários, acabou por declarar que, segundo o projectado contrato, os operários da tecelagem passariam a trabalhar a jornal. Isto causou indignação entre os operários, pois estes perceberam imediatamente que se tratava duma manobra para tentar obrigar os tecelões a trabalhar com 2 teares, em vez de 1 como actualmente. Além disso, o secretário do Sindicato deu a entender que o novo contrato não estipularia qualquer aumento de salários. No meio de enorme indignação, os operários elegeram imediatamente uma Comissão para ir falar com o Ministro das Corporações, que no dia

10 de Novembro se deslocaria à Covilhã.

Entretanto, também os operários da Covilhã fizeram uma exposição reclamando aumento de salários, exposição que recolheu mais de 1.000 assinaturas.

A atitude do Ministro

Acompanhados pelos dirigentes sindicais, os operários da Comissão de Tortozendo dirigiram-se, pois, à Covilhã para tomarem parte na discussão do contrato colectivo, em que deveriam participar os delegados do INT, do patronato e do Sindicato.

A discussão, todavia, não se realizou, pois o Ministro ocupou todo o tempo, cerca de 4 horas, a fazer propaganda da assistência do Estado Novo.

Um operário de Tortozendo pediu a palavra para reclamar a realização de eleições sindicais. Depois de se ter informado donde era o operário, o Ministro exclamou: «Não me falem de Tortozendo! É terra de comunistas!»

(continua na 3.ª pág.)

concordia nacionais.

Afastar Salazar do Poder, quebrar-lhe as garras, torná-lo inofensivo, é hoje um imperativo nacional para todos os portugueses dignos desse nome.

A repressão revela a fraqueza do governo

Enterrado até ao pescoço no pantano da ilegalidade e do arbítrio, o governo de Salazar continua descarregando sobre o povo a mais cega repressão.

O mais recente rasgo da fúria repressiva de Salazar — a prisão dos venerandos democratas, Profs. Vieira de Almeida e Azevedo Gomes, Drs. António Sérgio e Jaime Cortezão, libertados alguns dias depois devido à pressão da opinião pública nacional e internacional, e o processo disciplinar contra o general Humberto Delgado — é uma manifestação de desespero dum regime que não pode mais conter a maré do descontentamento popular.

O delírio repressivo de Salazar não é uma manifestação de força mas um indicio claro de desagregação e de fraqueza. Como se diz no manifesto da Comissão Política de 26 de Novembro último, um governo que não consegue já governar senão recorrendo à repressão e à violência «está irremediavelmente condenado a desaparecer num prazo mais ou menos curto».

O regime abre fendas por todas as aduelas

São cada vez mais patentes as manifestações de decomposição do regime salazarista. A exoneração a seu pedido da Comissão Executiva da União Nacional, depois do

(continua na 2.ª pág.)



O II CONGRESSO DA MARINHA MERCANTE E O INSUCESSO DO « PLANO DE RENOVAÇÃO »

A pesar de organizado e dirigido por conhecidos salazaristas que à custa não foi possível esconder, no recente II Congresso da Marinha Mercante, a grave situação desta marinha e, indirectamente, o insucesso do tão apregoado Plano de Renovação.

Mais uma vez foram verificadas insuficiências e faltas (dos portos, estaleiros, docas, etc.) que limitam necessariamente o desenvolvimento da nossa marinha comercial.

Mas qual é a situação desta, actualmente ?

Em Agosto de 1945, altura em que a nossa marinha mercante tinha chegado a um nível extremamente baixo, foi lançado o « plano de renovação da marinha mercante » (despacho n.º 100) que compreendia a construção de 70 navios com um porte global de 376.900 ton.

Só 56 dos navios previstos no plano foram construídos, o que dá uma realização do plano de 80%. Tendo em conta os navios construídos fora do plano (3) e os que entretanto foram vendidos por incapazes (40), resulta que a marinha mercante, desde 1945 a 1956 passou a compreender somente mais 19 navios (totalizando 194) e 155.000 toneladas (totalizando 536.000).

Não admira por isso que um dos objectivos fundamentais do plano — « conseguir uma tonelagem total que permitisse fazer face, em exploração normal, a não menos de 60% das nossas necessidades globais de transporte » — ficasse bem longe de ser atingido.

Passaram-se mais de 13 anos; o I Plano de Fomento, iniciado em 1953, teve de englobar esse célebre plano de renovação e agora, no Projecto de Plano de Fomento para 1959-1964 continua-se a dizer: « Da frota mercante nacional, restaurada a partir de 1945, fazem parte ainda, em número apreciável, navios velhos,

que vão sendo pouco a pouco retirados do serviço; há que preencher as baixas e, ao mesmo tempo, que encargar uma política de expansão, de modo a atingir o objectivo mínimo de satisfazer 60% das necessidades de transporte marítimo do País ».

O objectivo mantém-se, pois, o mesmo e não mais se atinge, tal como « a revolução continua enquanto houver um lar sem pão ».

Na verdade, actualmente, os nossos navios somente satisfazem 40% das necessidades nacionais.

Outras provas de que a situação da nossa marinha mercante atravessa uma crise, estão nos seguintes números:

Em 1952 a marinha mercante nacional transportou 59, 2%, das importações e 34%, das exportações (em toneladas). Em 1956 essas percentagens, num decréscimo quase constante, atingiram, respectivamente, 47%, e 29, 3%.

Em 1952 a contribuição da marinha mercante para o produto nacional bruto (a preços de 1953) foi de 713 mil contos e em 1956 foi de 657 mil contos, o que mostra uma redução em valor absoluto que, em valor relativo, dado o aumento do produto nacional, surge muito mais nítido.

Por isso no Relatório Final do II Plano de Fomento (onde foram tirados aqueles números) se afirma: « ... é indispensável encarar de frente a construção de mais navios para que se não regresses à grave situação a que pôs cobro o despacho n.º 100 ».

Entretanto as perspectivas futuras não parecem risonhas.

Já vimos que de novo se levanta o problema do aumento da tonelagem para satisfazer 60% das necessidades nacionais. Para isso o Projecto de Plano de Fomento achava indispensável a construção de 24 novos navios afirmando: « O objectivo a atingir é elevar

a frota mercante portuguesa a 1.000.000 t. de porte (d. w.) ».

Mas no II Congresso da Marinha Mercante, o ministro da Marinha informou já que, « infelizmente », o número de navios novos a construir, durante o próximo plano, será só de 15 e que o total da tonelagem, em 1964, pouco ultrapassará as 600.000 t. (!)

Esperemos que o III Plano de Fomento não levante, de novo, os mesmos objectivos... porque não haverá « fomento salazarista » num Portugal Livre e Democrático.

SALAZAR É O MAIOR OBSTÁCULO...

(continuação da 1.ª pag.)
pedido de demissão de várias comissões concelhias do partido fascista, e agora o afastamento do cargo de ministro do interior do prof. Pires Cardoso, que não quiz assossiar-se por mais tempo à tripulação dum barco prestes a naufragar, são inegáveis manifestações da desagregação que lavra nas fileiras do regime.

Salazar, que foi forçado a alijar do seu governo um velho acólito da sua obra criminoso — o monárquico-fascista Santos Costa — é ainda com ele que trama secretamente para se desfazer de alguns parceiros indesejáveis que se viu de momento obrigado a aceitar no carro governamental, como, por exemplo, o actual ministro da Defesa, general Botelho Moniz e outros, que parece não estarem dispostos a segui-lo no suicídio.

A chamada ao ministério do Interior dum militar conhecido pela sua formação nazi, de « pulso forte », é uma tentativa para reacitar certos sectores das forças repressivas que já não obedecem com o mesmo ardor às ordens segas de repressão contra o povo.

O regime abre fendas por todas as aduelas. Se a nação se der solidamente as mãos, se todos os por-

tos não são de molde a poder-se esperar do novo ministro que compreenda os humanos apelos de toda a Nação. Salazar não quer neste posto um executor com sentimentos humanos.

Aliás o povo só pode contar com a sua acção.

Na altura em que o desmascaramento da política salazarista de terror atingiu um nível tão elevado, na altura em que novas camadas tomam consciência de que não podem, de braços cruzados, continuar a ignorar tantas e tantas arbitrariedades e ilegalidades, na altura em que Salazar pretende continuar, prolongar a repressão e o terror, devemos todos, portugueses de qualquer pensamento político ou qualquer fé religiosa, mas defensores dos direitos do homem, unir os nossos protestos para que se acabem os crimes e as perseguições.

Aproxima-se o Natal, consagrado pelo povo como a Festa da Família, a Família que tão apregoada é pelo Estado Novo e que tão massacrada tem sido por ele.

Intensifiquemos a luta contra a repressão e pela amnistia para arrancarmos da prisão as centenas de portugueses que aí permanecem e cujas famílias anseiam pela sua saúde e pela sua vida!

Lutemos para que no nosso país sejam respeitados os direitos do Homem!

Todos ao recenseamento!

No próximo dia 2 de Janeiro começa o recenseamento em todas as freguesias do país.

Para facilitar e possibilitar o recenseamento de todos os trabalhadores, de todos os democratas, de todos os portugueses com direito a voto, é conveniente que se constituam Comissões para organizar o recenseamento em todos os locais de trabalho e em todas as freguesias.

Como em 1959 se devam realizar eleições para as Juntas de Freguesia todos os chefes de família se devem recensear também no recenseamento dos eleitores das Juntas de Freguesia.

Portugueses conjugarem os seus esforços num impulso comum para desalojar Salazar do poder, esse regime não terá forças para resistir à vontade do povo e acabará por ceder o passo a um governo de portugueses honrados que trabalhe para a democratização do país e a concordia nacional.

Unamo-nos para desalojar Salazar do poder

Esta indispensável conjugação de esforços apoiar-se-á na imensa força do povo se as diversas correntes anti-salazaristas souberem dirigir para as amplas massas toda a sua acção contra o regime. Só a acção das massas pode impedir que o governo de Salazar continue as perseguições ao general Humberto Delgado e a outros democratas, só ela pode barrar o caminho à repressão. O nosso povo quer ver desfeitas as montanhas de espuma que dificultam a unidade anti-salazarista, quer travar o bom combate pelo afastamento imediato de Salazar do poder.

Aqueles que não confiam na personalidade política do nosso povo e o julgam um simples rebanho que irá para onde o queiram levar, equivocam-se rotundamente. Há ainda no seio da Oposição gente que nada representa mas que com objectivos inconfessáveis procuram afastar o povo da luta política e afastar do povo certos dirigentes democráticos.

Serão as massas populares, que sabem muito bem o que querem e para onde vão, quem dirá a última palavra, quem determinará, em última análise, a solução do problema político nacional. E os que estão com o povo triunfarão!

Não é só o Partido Comunista que assim o compreende. Muitos outros anti-salazaristas sabem e defendem que é preciso contar principalmente com o povo se se quer sinceramente operar a mudança de regime por que anseiam todos os portugueses.

A grande tarefa de todos os anti-salazaristas que confiam no povo, é organizar as massas populares, e levá-las audaciosamente a luta em defesa das suas reivindicações económicas e políticas imediatas, é agarrar decididamente as mínimas possibilidades de acção legal para pôr de pé um largo movimento legal de toda a Oposição. Esta é aliás a disposição e a vontade das massas populares.

Deste amplo movimento anti-salazarista, desta conjugação de esforços e vontades, brotará a unidade nacional como um jorro poderoso que varrerá do poder Salazar e a sua camarilha.

O MINISTRO DO INTERIOR NÃO AGUENTOU...

(continuação da 1.ª pag.)

e a pena terminada em Janeiro de 1956), Francisco Miguel (com mais de 11 anos consecutivos de prisão e recentemente condenado ilegalmente por « actividades subversivas » na cadeia), Manuel Rodrigues (com quase 9 anos de prisão e a pena terminada em Março de 1958), Manuel Guedes (com quase 7 anos de prisão e a pena terminada em Novembro de 1955), etc., enquanto se adiavam « ilegalmente », as eleições para as Juntas de Freguesia, enquanto se proibiam quase todas as comemorações do 5 de Outubro e se provocava e brutalizava quem assistia às comemorações permitidas, enquanto se impedia a entrada em Portugal ao que será, de certo, o futuro ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Aneurin Bevan e, enfim, se prendiam, sob acusação ridícula, quatro ilustres cidadãos portugueses, todos homens com mais de 70 anos de idade e se lhes levantara processo bem como ao homem que o povo aclama como verdadeiro Presidente da República, enquanto tudo isto sucedia e sucede, por outro lado, cresciam os protestos contra as prisões e as brutalidades da PIDE, desmascaravam-se os seus crimes, como o recente assassinato do operário Raul Alves da Póvoa de Santa Iria, alargava-se o descontentamento e a repulsa a

novas camadas da população, destacando-se em especial a posição tomada pelo sr. Bispo do Porto bem como por outras individualidades católicas, recolhiam-se muitas assinaturas para documentos de protesto contra a repressão, pela libertação de Álvaro Cunhal e por uma amnistia para todos os presos políticos. Além disso, quando da ida da Comissão ao ministério do Interior o Prof. Vieira de Almeida (pouco tempo depois preso) expôs ao próprio ministro a vontade do povo de que haja uma total amnistia e de que acabem as torturas e arbitrariedades da PIDE. Depois a indignação geral cresceu ainda com a ridícula proibição da visita de Bevan e com as últimas prisões e perseguições actos que tiveram grande repercussão mesmo internacionalmente.

É este, em resumo um balanço de 3 meses de governo no ministério do Interior. Apesar de salazarista, foi demais para o prof. Pires Cardoso.

Aparece agora o tenente-coronel Arnaldo Schultz. A sua biografia de « pirata » (que insulto a um defensor do povo lusitano contra os opressores!) em Espanha e de comandante da milícia da Mocidade Portuguesa e, mais do que isso, a necessidade para Salazar de um homem de « estômago » forte para o posto de ministro do Interior,

AVANTE DADA A CAMPANHA DOS M... CONTOS!

Os trabalhadores lutam

Juntamente com os operários da «CEL», também, os da «CAT» (Venda Nova) conquistaram ao fim de porfiadas diligências um aumento de salários entre 3\$50 e 5\$00.

Os dirigentes dos Sindicatos Metalúrgicos do Porto, Braga e de todo o norte do País enviaram uma circular aos industriais, colocando, com toda a justiça, a necessidade de um aumento de salários de 50 a 60%.

Novas acções da classe corticeira

Por toda a Margem Sul, prossegue a luta dos corticeiros contra a ameaça de despedimento que sobre eles continua a pesar.

Da região Barreiro-Alhos Vedros foram enviados a Salazar dezenas de telegramas pedindo que se evitem os despedimentos. Cerca de 100 trabalhadores destas localidades concentraram-se no Sindicato, no dia 18 de Novembro, para voltarem a discutir a situação. Entretanto esta acção foi prejudicada porque o presidente, apesar de conhecer a intenção dos operários, não compareceu.

No Seixal, realizou-se, também, uma concentração no Sindicato, de cerca de 70 trabalhadores, no dia 11 de Novembro. Os operários voltaram a insistir para que o pre-

sidente apoiasse as suas justas reivindicações. Este informou-os das diligências por ele realizadas junto do Presidente da Câmara que está disposto a recebê-los e lhe confessou: «*Já estou aborrecido com o cargo pois só tenho ganho dissabores e inimidades... vou por isso pedir a demissão*».

No dia 17, os operários da Mundet do Seixal enviaram 3 telegramas protestando contra a ameaça dos despedimentos e pedindo providências, ao Presidente do Conselho e Ministros das Corporações e Economia. Idênticos telegramas foram enviados pelos operários da Wicander e das fábricas da Amora.

Outras lutas

O Sindicato dos têxteis do Porto aumentou as cotas de 1\$50 para 5\$00. Isto provocou a maior indignação entre os operários que imediatamente elaboraram uma exposição que já contém 700 assinaturas e onde se protesta contra aquela medida.

Os trabalhadores das pedreiras de Carenque enviaram uma carta, com dezenas de assinaturas, ao Ministro das Corporações protestando contra a falta de pagamento do abono de família. A acção unida destes trabalhadores foi coroada de êxito, pois, passado pouco os abonos em atraso foram-lhes pagos

OS OPERÁRIOS DA GOVILHÃ E TORTOZENDO

(continuação da 1.ª pág.)

E acrescentou ainda, com ar provocador, que as concentrações realizadas no Sindicato eram movimentos comunistas.

Como um operário respondesse que todas as concentrações tinham sido feitas com o consentimento do Sindicato, o Ministro voltou-se para o Governador Civil repreendendo-o «*por consentir que naquele sindicato se fizessem comícios contra o Governo*».

Quanto à exposição entregue pelos operários, declarou «*que a tinha lido e que tinha descoberto nela a linguagem dos comunistas*».

Um doutor de Tortozendo pediu ao Ministro algum auxílio para uma casa de assistência. O Ministro recusou.

Um industrial da Covilhã defendeu um aumento nos abonos de família, pois não é justo que empregados com o ordenado de 20 contos recebam 200\$00 de abono, enquanto operários com salários de 20\$00 só recebem 50\$00. Com um sorriso velho, o Ministro respondeu irónicamente: «*O senhor está muito humano...*»

Declarou, além disso, que era impossível aumentar os salários, e que ele estava ali «*apenas para tratar de problemas da assistência e da luta contra o comunismo*». E, num tom provocatório, avisou os industriais de que, se se baixassem muito, o «*Avante!*» seria lido à vontade nas suas empresas.

Finalmente, como uma comissão de operários pretendesse entregar-lhe uma carta, o Ministro

disse que só a receberia por intermédio do Sindicato.

A luta deve continuar

Os operários têxteis da Covilhã e de Tortozendo ficaram perfeitamente elucidados sobre a verdadeira cara do ministro, ao verem a maneira como os seus problemas foram tratados.

As operárias, em grupos, comentavam assim a atitude do Ministro: «*Filho da p.! O que ele precisa é que lhe partam os c.!*»

Tudo isto prova mais uma vez que os salazaristas não estão dispostos a fazer concessões, a não ser que a isso sejam obrigados pela luta firme e persistente dos trabalhadores. A luta unida, organizada e maciça dos operários têxteis é o único caminho para arrancar aos salazaristas e ao patronato a satisfação das suas necessidades mais prementes.

POR UM AUMENTO DE SALÁRIOS...

(continuação da 1.ª pág.)

A reclamação de um aumento geral de salários feita pelas massas trabalhadoras nada tem de ambiciosa, e a prova de que ela pode ser satisfeita está nos fabulosos lucros que as grandes empresas monopolistas arrecadam todos os anos. Em 1957, somente 24 grandes empresas, entre as quais os 9 maiores bancos, tiveram de lucros confessados 1 milhão 173 mil e 890 contos! Uma quantia equivalente a cerca de uma sexta parte do orçamento geral do Estado!

Entretanto, é a política de congelamento de salários a causa principal do marasmo económico do país e da ruína da agricultura, do comércio e da indústria nacionais. Sem dinheiro não se pode comprar, sem comprar não se pode produzir e sem produzir não se pode dar trabalho aos milhões de portugueses trabalhadores — eis o círculo vicioso em que se debate a economia nacional sob a égide do salazarismo.

É esta política que deve constituir o alvo principal da acção dos trabalhadores visto que o governo é quem se opõe a uma elevação imediata dos salários como o confirma o industrial salazarista Nunes da Rocha numa sua carta a Salazar quando diz: «*Sei que Sua Excelência o Ministro das Corporações não tem autorizado aumentos de salários*». («*Social*»).

Por um salário mínimo vital e em escala móvel

Não basta, no entanto, lutar por um aumento momentâneo dos salários.

Os trabalhadores portugueses precisam urgentemente dum salário que lhes assegure a satisfação das suas necessidades mínimas imediatas. Um salário mínimo vital será aquele que lhes permita alimentar-se, vestir-se e calçar-se decentemente a si e aos seus, educar os seus filhos, que lhes proporcione uma habitação digna e um pouco de distração e cultura para si e para a sua família.

Qual é neste momento esse salário mínimo vital?

O engenheiro Daniel Barbosa demonstrou há pouco mais de um ano na Assembleia Nacional que esse salário não poderia ser inferior a 100\$00 diários. A grande assembleia dos trabalhadores de todo o país, realizada durante a

última campanha eleitoral, debateu o mesmo problema e os operários da Carris de Lisboa na sua exposição ao Ministro das Corporações reivindicam o salário mínimo de 80\$00 independentemente, das diferenças de categoria.

Esta poderia ser uma base razoável sobre que poderiam chegar rapidamente a acordo as entidades patronais, os sindicatos e outros representantes legítimos dos trabalhadores.

A assembleia dos trabalhadores portugueses e a luta dos operários da Carris de Lisboa mostram que ao mesmo tempo que é possível lutar em cada fábrica, herdade ou escritório por 30%, ou 40%, por 10 ou 20 escudos de aumento de salários ou pela revisão de categorias, é simultaneamente possível desaevalver, organizar e activar por todos os meios um amplo movimento nacional dos trabalhadores pelo salário mínimo vital e em escala móvel, isto é, um salário que aumente sempre que aumentar o custo de vida.

O salário mínimo vital está dentro das possibilidades da economia nacional

É ou não possível nas condições actuais da economia nacional dar aos trabalhadores o salário indispensável à satisfação das suas necessidades mínimas imediatas?

Sim, é possível, desde que certas medidas também imediatas sejam levadas a cabo. Quais são essas medidas?

Em primeiro lugar, é preciso reduzir os lucros da oligarquia financeira.

Em segundo lugar, é preciso reduzir os gastos extraordinários com os preparativos de guerra e com a repressão.

Em terceiro lugar, é preciso rever a política tributária, distribuindo mais equitativamente os impostos, fazendo pagar mais o quem mais tem, libertando das contribuições para o fisco os trabalhadores e outras classes de modestíssimos recursos.

Em quarto lugar, é preciso acabar com a discriminação do nosso comércio externo que rouba aos nossos produtos de exportação os ricos mercados dos países socialistas.

Estas são, entre outras medidas, aquelas que permitiriam pagar aos nossos trabalhadores um salário mínimo vital e, para já, arrancar do marasmo e da crise a economia nacional!

É preciso organizar a luta!

Operários! Empregados! Funcionários públicos! É necessário organizar desde já a luta pelo aumento imediato dos salários, jornas e ordenados e pelo salário mínimo vital em escala móvel!

Façamos amplas assembleias de trabalhadores nas empresas, nos sindicatos, em toda a parte onde possamos discutir a situação!

Assentemos nas formas de luta a seguir, organizemos as nossas Comissões de Unidade e pressionemos com a nossa força maciça as autoridades, o patronato, os dirigentes sindicais, todas as entidades que intervêm na solução dos nossos problemas.

O momento é favorável para a obtenção das nossas reivindicações como demonstram as vitórias já alcançadas pelos corticeiros, pescadores e outras classes.

A organização é a maior arma dos trabalhadores. Organizados e unidos arrancaremos ao governo e ao patronato a satisfação das nossas reivindicações imediatas!

Com este n.º do «AVANTE!» sai uma separata com quantias recebidas no valor de:

Campanha dos mil contos:
TOTAL: 513.312\$30.

Dos amigos do Partido com
o TOTAL: 15.140\$30.



TRIBUNA DO LEITOR

Série Negra

Despedimentos na DARGENT

É bem certo que os patrões pouco se importam com a sorte dos trabalhadores, no fim de contas, dos que lhes fazem entrar os lucros nas algibeiras.

Na empresa Dargent foram agora despedidos 16 operários «*por falta de trabalho*» segundo disseram os patrões.

Ora o que é verdade é que há trabalho para fazer, somente esse trabalho está paralisado, não sabemos porque razão. Seria para justificar o despedimento?

E será justo que se fira assim, sem mais nem menos, o trabalho (que é o ganha-pão) a 16 trabalhadores, a 16 famílias?

São estas coisas que tornem bem claro que os trabalhadores se têm de unir, têm de fortalecer os seus laços para se poderem defender da ganância dos patrões, para lutarem contra os salários de miséria e contra os salários de nada — que é o que ganham os desempregados.

Um operário

Meis uma vítima da política social do «*perfeito*» salazarista.

No passado dia 8 de Novembro o operário electricista Trindade, da Fábrica Alfredo Alves, da Venda Nova, ao executar trabalhos de sua especialidade sobre as chapas de luzilite de cobertura do edifício da fábrica que ali foram colocadas provisoriamente, e que há muito já deveriam ter sido substituídas, em virtude delas se terera porfido caiu sobre uma máquina pelo que ficou muito ferido e foi levado para o hospital em estado grave.

Reina indignação entre os trabalhadores desta fábrica que recebem a todo o momento a falta de segurança a que estão submetidos por grande parte das instalações ainda estarem na fase clássica de provisórias. E também porque, apesar de prometido há muitos meses, a empresa não aumenta os salários de miséria que ganhamos, apesar dos seus lucros serem de ano para ano mais elevados!

Um trabalhador



O SOCIALISMO EM MARCHA

Nós vimos florir um mundo novo!

— Sim, nós vimos florir um mundo novo!

Eis como um grupo de camaradas portugueses resumem as suas impressões de visita a alguns países do campo socialista.

Conhecedor do enorme interesse que merece a todos os portugueses a vida dos povos libertados da escravidão capitalista, o «Avante», único jornal livre de Portugal que pode dizer a verdade ao povo sem a mordaza da censura, oferecerá a partir de hoje aos seus leitores uma série de quadros verídicos desse novo mundo em construção através do testemunho vivo dos nossos camaradas.

Saudamos-te, terra soviética

Chegámos a Moscovo na própria manhã em que o Sputnik II ganhava os ares com o seu pequeno tripulante vivo — a cadelinha «Laika». Lá, no coração da grande pátria socialista, nós saudamos esse novo triunfo da ciência e da técnica soviéticas, mais essa afirmação da superioridade do sistema socialista sobre o capitalista, que iria encher de raiva os corifeus do imperialismo e de alegria os milhões de corações da gente simples de todas as latitudes.

Imaginávamos o entusiasmo dos trabalhadores da nossa terra ao tomarem conhecimento deste novo feito dos sábios soviéticos e entretanto, ali, entre os homens que o conceberam, o construíram e que por todo o país, aos milhares, colhiam os elementos científicos fornecidos pelo novo viajante do Cosmos, nenhuma emoção especial, nenhum arrogante orgulho.

É que na vida soviética, onde cada dia se verificam novas conquistas da ciência e da técnica, o lançamento do 2.º satélite artificial da Terra era somente mais um facto da vida quotidiana do povo soviético.

Quando deixámos o aeródromo de Velikovo cruzavam o ar os poderosos aviões a jacto TU-104 que ligam Moscovo aos mais recônditos confins da imensa União Soviética, assim como às capitais da China e dos outros países socialistas. Moscovo-Pequim ou Vladivostok em 9 horas de voo! Lembra-mo-nos que o transiberiano levava por vezes 8 e 10 dias para fazer estes percursos!

Quando hoje lemos na imprensa burguesa parangonas de exaltação aos «primeiros» aviões comerciais a jacto agora postos em serviço «pela primeira vez no mundo» sorrimo-nos desta mania dos records dos defensores do imperialismo e lembramo-nos desses TU-104 que enchem os aeródromos de Moscovo, Pequim, Praga, Bucareste, Budapeste e outros no mundo socialista há alguns anos. Voar nos aviões comerciais soviéticos é ter a garantia de que se chegará inteiro ao local de destino. Os bons burgueses que ridicularizam a falta de galantaria das zelosas hospedeiras dos aviões russos preferem contudo voar nos aviões soviéticos. Nada, que o seguro morreu de velho!

Mais à frente falaremos dessa outra gigantesca maravilha do espaço que é o TU-114, que levará o preço das viagens aéreas para o nível das ferroviárias.

Surpreendeu-nos o brusco contraste entre a atmosfera límpida

do aeródromo e o denso nevoeiro da larga auto-estrada que conduz à capital. Soubémos depois que o aeródromo de Velikovo dispõe de aparelhagem especial para impedir a formação de nevoeiro sobre o campo de aterragem o que o torna utilizável a todas as horas do dia ou da noite. Cautelosamente o auto avança na estrada gelada. Depois na neblina matinal surgiram os primeiros grandes blocos residenciais da nova Moscovo.

Certamente, falta à capital soviética a luminosidade das cidades do Mar Negro ou da nossa Lisboa, mas, naqueles enormes blocos crece claro, naquele afã de homens, guindastes e cimento, nós adivinhávamos já uma vida intensa em plena expansão, a solicitude dum governo verdadeiramente popular pelo bem-estar dos cidadãos e à distância, mas não muito longínquas, as perspectivas do Comunismo.

Vir da nossa querida pátria submersa na noite fascista há mais de 32 anos e onde a riqueza mais faustosa vive paredes meias com a miséria mais negra, e pisar pela primeira vez a terra soviética onde desapareceu para sempre a exploração do homem pelo homem, é uma impressão única, inapagável, na nossa vida de proletários e comunistas.

(A seguir: Como os soviéticos resolvem o problema da habitação)

O PROBLEMA DE BERLIM

Para falar do problema de Berlim é necessário recordar a derrota da Alemanha nazi em 1945 e a sua ocupação por parte das principais potências vencedoras, União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e França, ocupando cada uma delas uma parte do território alemão.

Berlim, que foi libertada do domínio nazi pelo exército soviético e que está encravada na República Democrática Alemã, foi igualmente dividida em quatro zonas de ocupação.

A ocupação da Alemanha e de Berlim por parte das quatro potências destinava-se a ser a garantia de que o militarismo alemão não mais levantaria cabeça e que ao povo alemão no seu conjunto seria garantido um desenvolvimento democrático e pacífico. Este foi o compromisso solene assumido pelas quatro potências ocupantes, perante os povos do mundo inteiro que sofreram com a calamidade da guerra nazi-fascista.

Mas enquanto na zona soviética foram extirpadas as raízes do militarismo alemão e se fundou e desenvolveu um Estado Socialista pacífico e democrático — a República Democrática Alemã — as três zonas ocidentais foram unificadas sob a autoridade da República Federal Alemã onde as sementes do militarismo e do «revanchismo» germânico se desenvolveram sob

a protecção e apoio das potências imperialistas.

Assim, contra todos os compromissos assumidos, as potências ocidentais rearmaram a Alemanha Ocidental, fornecendo-lhe, inclusivamente, armas atómicas e integraram-na no agressivo bloco da NATO. A Alemanha do Oeste remilitarizada, é hoje um novo motivo de inquietação para os povos da Europa e um perigoso foco de guerra no mundo, impedindo, ao mesmo tempo, a reunificação do povo alemão.

É evidente que depois da quebra dos compromissos assumidos em Potsdam por parte das potências ocidentais, e se tivémos em conta que Berlim é hoje a capital da República Democrática Alemã, que fica a cerca de 200 quilómetros dentro das suas fronteiras e que a R.D.A., ao contrário da República Federal, é um Estado progressivo e amante da Paz, nada justifica a permanência de tropas de ocupação em Berlim.

Esta é a razão pela qual Krutchev, anunciou a intenção da União Soviética de terminar com o regime de ocupação de Berlim entregando às autoridades da R.D.A. a responsabilidade do controle de todos os serviços administrativos e da fiscalização da passagem dos ocidentais para Berlim.

Ao mesmo tempo que toma estas medidas, a União Soviética propõe às potências ocidentais que procedam de igual forma, abandonando a capital alemã e facilitando, assim, a reunificação do povo alemão através dos contactos directos entre as duas Alemanhas.

Porque rejeitam os imperialistas as propostas da União Soviética, e porque levantam uma tal campanha à escala internacional?

Em primeiro lugar, porque desejam manter um foco de guerra e de tensão internacional no coração da República Democrática Alemã cuja existência se têm sistematicamente recusado a reconhecer. Em segundo lugar, porque pretendem impedir a reunificação do povo alemão em bases pacíficas e democráticas continuando a fazer tudo para impedir os contactos entre os dois estados alemães e para manter a Alemanha do Oeste no agressivo bloco da NATO.

A luta de todo o povo alemão, encabeçada pela R.D.A. e apoiada pelos povos do mundo inteiro, fará fracassar as manobras e provocações dos imperialistas e abrirá o caminho à reunificação da Alemanha num único Estado pacífico e democrático!

NOVAS BASES AMERICANAS EM PORTUGAL

O governo intensifica a sua política de guerra!

Os povos dos diversos países onde os americanos instalaram bases militares agressivas estão a intensificar a luta para escorraçar dos seus territórios esses focos de tensão internacional, de insegurança para as suas vidas e de atentado à sua independência. O povo marroquino, entre outros, têm-se destacado nesta luta de tal forma que os dirigentes americanos se vêem forçados a considerar seriamente a evacuação das 3 bases que desde há anos possuíam em Marrocos.

O correspondente do «Diário Ilustrado» em Espanha, dizendo citar «fontes madrilenas bem informadas» afirma a 11-10-58, que em caso de evacuação, dada a importância estratégica daquelas bases, o Pentágono terá de procurar outros locais e «estes não podem ser senão na zona sudoeste da Península, quer em território espanhol, quer em território português, ou em ambos». Mais: o mesmo jornal revela, também, que há uma estreita ligação entre esta questão e a visita do ministro do exército espanhol aos Estados Unidos, precedida de uma outra a Portugal.

Há, porém, outros factos significativos da política salazarista de guerra e de submissão às directrizes do Pentágono e da NATO.

A proposta da Lei de Meios para 1959 aumenta a verba destinada a despesas militares «de harmonia com os compromissos assumidos internacionalmente» de 2 milhões e 500 mil contos, em que fora fixada em Dezembro de 1957, para 3 milhões de contos, isto é, mais do que todos os investimentos previstos para a execução do I Plano de Fomento durante o ano corrente.

A VI Conferência dos Estados Maiores Peninsulares, que se realizou em Lisboa de 20 a 25 de Novembro, sob a «coordenação superior» do general espanhol Sedano Arce (assim o disse o brigadeiro Andrade e Silva), está na linha desta mesma política e, apesar de lá apenas se saber que tratou da «defesa» da Península «importantíssima para a resistência da Europa Ocidental» e do reforçamento do Pacto Ibérico, não é arriscado admitir que se ocupou igualmente da instalação de novas bases americanas na Península.

Por outro lado, a forma calorosa como o representante de Salazar na ONU, Vasco Garin, defendeu, recentemente, a existência de bases americanas noutros países, não estará, também, desligada das manufacções em curso.

Por todas estas razões, deve o povo português estar extremamente vigilante para com as manobras salazaristas que visem a instalação de novas bases americanas.

A existência em Portugal de bases de onde os americanos façam partir os seus actos agressivos contra a URSS e os outros países do campo do socialismo ou contra os povos que lutam pela sua emancipação nacional, é mais um atentado à nossa soberania, é susceptível de envolver o nosso País em conflitos sangrentos e de provocar acções de represália que o podem transformar num montão de escombros.

Denunciemos a política de guerra do Governo! Combatamos toda e qualquer tentativa para a instalação de novas bases americanas em Portugal!

SALAZAR E CHANG-KAI-CHEK

A recente estadia em Portugal do ministro dos Negócios Estrangeiros de Chang-Kai-Chek chama a atenção para a perigosa política de Salazar que, embora em Macau mantenha relações comerciais, indispensáveis para a cidade, com a China Popular, elementa sempre contra esta e a colónia e o ódio.

As conversações havidas entre os dirigentes salazaristas e esse inimigo da sua pátria, laço da política de provocações bélicas dos Estados Unidos, só podiam ter como objectivo a utilização de Macau para base de actos provocatórios e coito de espíões e sabotadores. Proietemos contra a duplicidade de Salazar.

A Portugal interessa, por todas as razões, uma política de verdadeira amizade com a Nova China, com a qual se devam estabelecer relações diplomáticas, e amplas relações comerciais que interessassem à metrópole portuguesa.